

FSP
20/2/99
1-2

DESPERDÍCIO AMAZÔNICO

Depois de dois anos em queda, o desflorestamento volta a crescer na Amazônia brasileira. Em 1998, a área afetada subiu para a acabrunhante cifra de 16.838 quilômetros quadrados, segundo estimativa elaborada com auxílio de satélites de sensoriamento pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foram 27% a mais que no ano anterior.

Basta uma comparação para que se evidencie o absurdo ambiental: tal superfície corresponde a mais de 11 municípios como São Paulo. Pior, a área devastada pode ser ainda maior, pois não foram computadas queimadas, áreas inferiores a 6 hectares e extração seletiva de madeira, que deixa várias árvores intocadas.

Ainda não se alcançou o descalabro de 1995, quando foram desflorestados 29 mil quilômetros quadrados. Parece pouco, diante dos 4 milhões de quilômetros quadrados da floresta, mas é fato que 13,7% da área original já foram desmatados. Por décadas, ou séculos, pois a floresta tem baixa capacidade de regeneração.

Não será com ações epidérmicas, como a suspensão de novas autorizações de desmatamento determinada pelo ministro Sarney Filho, que tal estado de coisas vai se alterar. Uma reversão sustentável da devastação exige mudança mais profunda na mentalidade predatória que governa a exploração da natureza, neste país. Esta, por sua vez, depende de que a sociedade se convença de que o país —como um todo— tem mais a perder do que a ganhar com essa forma de ocupação imprevidente.

Não se conhece com precisão o valor potencial da floresta, mas ele deve exceder o preço da madeira ali contida. Nesse cálculo entrariam também os organismos desconhecidos para a ciência, um manancial inexplorado de recursos genéticos, e o papel da mata no clima e nas bacias hidrográficas. Evitar a substituição da floresta pela agropecuária ineficiente da região, em face da pobreza dos solos, parece também imperativo de prudência econômica, e não só de preservação ambiental.